

## VASCO GONÇALVES - Um General na Revolução

por Manuela Cruzeiro

Quando, pelas 13 horas do dia 26 de Abril de 74, os militares do Posto de Comando da Pontinha, profundamente esgotados pelas emoções daquelas 48 horas decisivas, abandonam finalmente, com compreensível orgulho, mas também com alguma saudade, aquelas quatro paredes pré-fabricadas, é já um país diferente que os espera cá fora. Era já o dia seguinte. Ou, mais poeticamente, o primeiro dia... do resto das nossas vidas...

Tivemos sorte. Como alguns milhões de portugueses que estavam vivos (não apenas fisicamente!) quando o 25 de Abril nos caiu do céu, como “divina surpresa” ou como “aquela madrugada que esperávamos...” para continuar na companhia dos poetas.

Ficou-nos a memória de um tempo de festa, de audácia, de alegria e entusiasmo sem limites, de um tempo activo e “laborioso, em que a política (como a poesia) estava na rua, em casa, no emprego, na escola, na vida.

Ficou-nos a memória de um tempo sem relógios, mas com história, um tempo qualitativo, refém unicamente da nossa vontade e do muito que ela podia. E não sabia que podia.

Ficou-nos a memória de um tempo de vertigem, de imprevisibilidade e surpresa, um tempo luminoso, onde o que somos e o que desejamos ser se confundem, e quase coincidem.

Ficou-nos a memória de um tempo de decidir e de fazer, de combater e partilhar, de vencer rotinas e atrasos, porque mais do que de “conquista do poder”, era de conquista de felicidade que se tratava.

Por isso, para nós que a vivemos, voltar à Revolução do 25 de Abril, e ao seu tempo, não é passadismo, mas antes de mais, um encontro com a nossa vida mais autêntica.

Mas é também um doloroso confronto entre o princípio dos afectos e das emoções e o princípio da realidade. Fiéis a essas memórias, para muitos “**os dias mais felizes das nossas vidas**”, sentimos como défice irreparável, quer o ritualismo da sua comemoração no presente, quer as explicações científicas para o que se passou de facto em Portugal nos meses de brasa de 1974.

Da noção de “golpe militar clássico falhado e revolução clássica falhada” de António Reis, à noção de Boaventura de Sousa Santos de “curto-circuito

histórico”, passando pela de Medeiros Ferreira de “revolução imperfeita”, sente-se a dificuldade em explicar aquela revolução concreta à luz de modelos testados e consagrados.

Aquela revolução que também tem sido vista como início de um novo ciclo de transformações sócio-políticas que, continuando em Espanha, foram até à Grécia, à América Latina, aos países do Leste Europeu, chegando até à própria África do Sul. Ou ainda como verdadeiro exemplo de “revolução contra-ciclo”, última de uma série inaugurada com a queda das ditaduras fascistas e nazis na 2ª Guerra Mundial.

Mas aquela Revolução que fez de Portugal um verdadeiro laboratório de análises sociais e políticas, que atraiu e entusiasmou cidadãos anónimos de todo o mundo, jornalistas, sociólogos, escritores (Sartre, Ernest Mandel, Maurice Duverger, Cohn-Bendit, Graham Green,) foi a nossa Revolução.

E só nos reconhecemos nela, se as suas explicações não se ficarem pelos resultados, e avançarem na história dos meios e dos instrumentos, se não se ficarem nas estruturas, e avançarem nas acções criativas e espontâneas de sujeitos individuais e colectivos. E ainda mais: se nas acções conseguirem incluir tanto a sua inteligibilidade efectual, como as promessas, os desejos, os sonhos e as utopias.

Enfim, se não ser vir aquela revolução, a nossa revolução, como um todo (fracassado ou vitorioso) mas antes como um sucedâneo de situações revolucionárias que se acumulam (ou não), proporcionando (ou não) saídas revolucionárias.

Assim, se concluirá que na revolução houve muitas revoluções, que num só tempo, houve uma multiplicidade de tempos. E que esses tempos não se podem encolher tanto, que caibam numa memória colectiva hegemónica e mistificadora.

.Entre o momento de ruptura que foi a revolução, e a normalidade democrática que a memória colectiva promove, muita coisa aconteceu que, não sendo matéria de consenso institucional (académico ou outro), não pode deixar de ser matéria de conhecimento, de reflexão, de memória. Descobrir porque nasceram e como morreram tantos e tão ambiciosos projectos de verdadeira mudança, é perceber que, apesar de vencidos, eles não são por isso menos importantes para o conhecimento do que somos como povo, neste início de século de tão incertas e sombrias promessas.

Afirmou Lídia Jorge que “as datas célebres só passam a cristais de cronologia quando deixam de desencadear emoções. O mesmo é dizer, quando já é impossível em seu torno recriar a história íntima e pessoal”

Entre o momento de rompimento, de conflito, de instabilidade que foi o 25 de Abril de 1974 e o momento de estabilidade que é a sua comemoração pela democracia que temos, há um hiato, um corte, durante o qual gerimos mal o imenso capital simbólico, a imensa energia colectiva, desencadeados pelo momento revolucionário, limitando-nos a valorizar a conquista da democracia e da liberdade que nos subtraiu à humilhação, ao isolamento e à condenação dos povos.

Delapidámos com excessivo à vontade, e alguma leviandade, o incomparável património de uma revolução exemplar, sem dar tempo a que se construísse uma **contra-imagem** nacional suficientemente consistente, que se opusesse à imagem laboriosamente construída pelo salazarismo, ao longo de 48 anos.

Apressadamente quisemos entrar na idade adulta da democracia, imitando mais do que construindo. Importando mais do que produzindo. E não falo apenas de economia.

Valorizámos acima de tudo a continuidade e não a ruptura. A ideia, tantas vezes repetida, de que encerrámos um ciclo histórico, “o ciclo do império”, paradoxalmente não foi suficientemente forte para desencadear energias colectivas de mudança e transformação radical.

Atravessámos todos estes anos enquadrando mal o excesso de sonho na apertada rigidez do figurino institucional.

Como se o país que fez uma revolução que o colocou no coração do mundo, e na primeira página dos jornais, adormecesse à sombra dos louros, e, com o seu proverbial descaso, deixasse que as exaltantes e inadiáveis tarefas colectivas em que se lançou, estiolassem, vergadas ao peso da decepção, do desencanto e da indiferença

Com a estranha sensação de que nos antecipámos à própria história, cumprindo pressurosos o seus desígnios –A morte da Revolução – mesmo antes de a ter vivido até ao fim.

Com o indisfarçável sentimento de débito a ensombrar as vozes da comemoração, como se antes de exéquias se tratasse.

Sabemos que comemorar é sempre reconstruir, silenciando algumas verdades, para mais eloquentes e incisivas serem outras. Há como que um sábia organização da memória e do esquecimento, de acordo com determinados pressupostos ideológicos e políticos. Por isso se diz que só se comemora o presente, ou mais precisamente, aquilo que do passado interessa ao presente. Neutralizando as contradições históricas, a comemoração unifica, organiza, e hierarquiza várias memórias em concorrência. Compreende-se assim, que comemorar qualquer evento do passado vise gerar os mais amplos consensos. Só se comemora o que serve para unir a comunidade, iludindo conflitos e diferenças.

Em resumo: comemoram-se sempre conquistas e nunca derrotas. Pela comemoração a unidade nacional construída encontra um sentido retrospectivo ou prospectivo.

E sabemos também que a democracia dificilmente encontra formas adequadas de se comemorar a si mesma, sem, de certa forma, se contrariar, ao contrário dos regimes totalitários, que “são estruturas imensas, esmagadoras, que exercem uma influência quase mágica sobre as pessoas, e tendem a ignorar os interesses individuais.” , como nos diz Rafael Patai.

Valorizando acima de tudo o indivíduo, a sua liberdade de opinião e expressão, os seus direitos inalienáveis, a democracia violenta-se e empobrece-se ao tentar impor consensos. A ideologia do consenso é, no essencial, anti-democrática. Democrático é o conflito de interesses e

valores, onde tão importante é a obtenção de maiorias, como os direitos das minorias.

A democracia nascida em Abril, não pôde ou não soube encontrar forma adequada de se comemorar através de uma imagem radicalmente nova e diferente.

Oscila assim entre momentos de baixa densidade simbólica, traduzidos num consensualismo anódino e pacificador, e momentos de alta densidade, como as grandes datas de um passado glorioso de séculos.

Nos primeiros se inscreve a desvalorização do momento revolucionário no que encerra de extraordinário, de único, de insubstituível, para valorizar o seu termo. Desvaloriza-se o modo, sacrificando-o aos fins. No limite, a revolução é um interregno, (quando não um contra-tempo) e com ela ou sem ela, estaríamos hoje onde estamos. São, no dizer de Boaventura de Sousa Santos “as versões revistas e actualizadas que proclamam que, ao criar condições para o regime democrático, que entretanto se consolidou, o 25 de Abril ter-se-á extinguido” .

Versões revistas e actualizadas com considerável eco em alguns cultores de uma “história-ficção” do Portugal sem Abril, como processo de “liberalização” iniciado ainda no interior do antigo regime, de que o chamado marcelismo foi, ao mesmo tempo, o impasse e a caricatura.

Assim se compara o 25 de Abril à tão glosada transição democrática em Espanha que, não esqueçamos, se inspirou na nossa revolução.

O poder político que uma determinada geração da chamada “Ala Liberal” ou próxima, vem a adquirir depois da estabilidade institucional, favorece a tese da “verdadeira revolução na continuidade”.

Mas importa recordar aos *amnesiólogos* da história, que não foi Marcelo, nem a mais liberal das suas alas, que fez o 25 de Abril, que ele trouxe uma imensidão de outras possibilidades e de outras realidades.

Nas comemorações de baixa densidade, tipificadas no ritual do feriado, do dia da Liberdade, cabem todas as vozes dos que banalizam o acontecimento, e cabem até as dos que comemoram Abril para esquecer Abril, ou, pelo menos, para o fazer recuar no tempo, e encerrar num passado anacrónico e definitivo.

Mas há ainda as comemorações de alta densidade, que ambicionam colocar Abril, na galeria das glórias nacionais, como momento alto só comparável ao que de melhor conseguimos no passado. Mas também aqui se descaracteriza e dilui a verdade da revolução, através de uma reciclagem narcísica e devoradora, num regresso à velha mitologia descobridora. A mitologia do antigo Portugal nostálgico de si mesmo como império.

È assim com episódios como a Expo 98 ou mesmo a mobilização nacional por Timor. Pelo enorme investimento de orgulho e de auto-estima nacional, de verdadeira euforia identitária aparecem-nos com dignidade semelhante a esses momentos de excepção, sendo mesmo por muitos considerados, **um novo 25 de Abril**

Como se, de repente, num assomo de brio e orgulho, quase quixotescos, acordássemos para dar uma outra lição ao mundo. Mas, como insistentemente nos vem recordando Eduardo Lourenço: “Esta contra-imagem confiscou definitivamente o potencial revolucionário e reciclou-o, empenhada em ressuscitar de maneira onírica ou lúdica o nosso império perdido que, tantos anos após Abril, continuava como recalçado ou impensado núcleo mítico do imaginário nacional”.

Na verdade, o que celebrámos nessa verdadeira epopeia pós-moderna que a Expo 98 quis ser, onde os Lusíadas se liam do alto de uma torre panorâmica com base em fantásticos meios audio-visuais e as viagens dos grandes navegadores se faziam frente a um computador?

O que celebrámos foi um passado-futuro, nunca um presente, em que perdido o império, nos restava ainda a imensidão dos oceanos para afogar mágoas e resgatar velhos tesouros. Sob o signo dos Oceanos mais não comemorámos do que o encontro de culturas, versão revista e actualizada das descobertas, que trazem no bojo o colonialismo, e que, convenhamos, nada têm a ver com o 25 de Abril.

Assim, entre momentos de baixa e de alta densidade vimos repetindo comportamentos, cumprindo um destino... ou, em linguagem psicanalítica, cumprindo o **ciclo labiríntico das polarizações esquizofrénicas**, oscilando entre depressão e euforia. O mórbido complexo de inferioridade, a transmutar-se no seu contrário. Ou os melhores... ou os piores.

Segurança subjectiva ainda e sempre ancorada num passado glorioso (o que somos por ter sido) e fragilidade objectiva (o que não conseguimos ser) coexistem lado a lado na sociedade de hoje (de sempre?) produzindo um vago e difuso sentimento muito próximo da resignação.

Não vale a pena...ou tudo vale a pena...para voltar aos poetas...

Não deixa de ser sintomático que o Presidente da República tenha escolhido como mote das comemorações dos 29 anos da revolução justamente **a avaliação da nossa auto-estima**. Teremos então que regressar de novo ao divã, como sugere o título de uma luxuosa revista cuja capa exhibe, em jeito de provocação, um galo de Barcelos congelado? Para um exame sem complacências do que verdadeiramente somos e queremos? Não esqueçamos que, apenso ao desafio do Presidente vem uma pergunta indutora: **O que é que os portugueses fazem bem?**

Compreende-se : estamos em depressão e arrefecimento económico e a auto-estima não é imune à economia, como nada o é. Mas não seria mais correcto perguntar :**O que é que os portugueses fazem bem, e o que é que eles fazem mal?**

É que, na lógica bipolar em que nos movemos, do tudo ou nada, ao momento da auto-consolação, há-de suceder o da auto-flagelação. Ambas iludindo, ou adiando a necessária e urgente auto-gnose.

Foi Adolfo Casais Monteiro que disse sobre nós esta frase lapidar: “O português não é nada inclinado ao conhecimento de si próprio. Gosta muito de falar de si, mas daí a conhecer-se vão mundos” .

Este falar de si, disperso, fragmentário, distraído, é quase sempre a outra face de um silêncio que se quer preservar. Esse gosto exagerado pelo falar de si, paradoxalmente produz e potencia um **auto-desconhecimento**, feito de imagens irrealistas e até delirantes.

A nossa sociedade está cheia de ruído tagarela e de pesados silêncios. Talvez uma conversa franca cordial e adulta de Portugal consigo mesmo seja o que nos está a faltar. Sem os lances de uma dramaturgia megalómana pré-moderna, nem as alucinações de uma *rave* pós-moderna, sempre breves, sempre excessivas e artificiais, porque em ambas continuamos a fazer de espectadores de nós próprios, de certa forma ausentes de nós mesmos, **descentrados**. Gozamos essa euforia, mas não a somos. Festejamo-nos a nós mesmos, mas em função de nada.

Romper essa visão dicotómica e descentrada, substituir essa lógica da exclusão pela lógica da inclusão, a antítese do *ou/ou*, pela síntese sempre precária e imperfeita do *e/e*, talvez seja o primeiro passo para encontrarmos e nos encontrarmos num projecto, numa **ideia**. Uma **ideia**, não um **destino** e muito menos uma **missão**. “Falta aqui uma grande ideia, ó Pascoais!”

Uma ideia construída sobre um auto conhecimento tenaz e imaginativo da nossa realidade actual (efectiva e não sonhada) das suas rupturas e continuidades, das suas mudanças e rotinas, da sua especificidade. Que não pode contentar-se, nem muito menos confundir-se, com o que vemos: uma vida cívica marcada pelo cinismo, pela corrupção e pela cobardia, uma vida política vazia de princípios e dominada pelo clientelismo, um confrangedor défice de cidadania, enfim, uma sociedade moldada justamente pelo vazio de ideias, de que o Centrismo (ou o centrão) político é a mais visível expressão. A caricatura grotesca do 25 de Abril na sua versão mínima: uma democracia ocidental.

Portugal não está exactamente em tempo de “apagada e vil tristeza” nem no “nevoeiro apocalíptico” da Mensagem.

Por isso a tristeza da nossa democracia actual não são as eleições e os partidos, que as comemorações a baixa densidade consagram. A tristeza é que o puro jogo partidário tenha esvaziado a vida política dos seus legítimos objectivos e com base em meras aritméticas eleitorais, se acentuem injustiças e desigualdades, quebrando solidariedades.

A tristeza da nossa democracia não é a modernização da economia. A tristeza é que ela se queira impor através um fundamentalismo neo-liberal em verdadeira cruzada contra os trabalhadores, com um Código de Trabalho que entra em claro confronto com os valores fundamentais da nossa Constituição, do Direito Internacional e Comunitário, configurando um clamoroso processo de regressão social. O maior atentado de sempre ao 25 de Abril, como já foi classificado.

A tristeza da nossa democracia não é um país livre como o nosso, elevado a parceiro credível na comunidade internacional, mercê do 25 de Abril, poder

definir as suas alianças. É a de, em nome dessas alianças apoiar a agressão e a ocupação de um país, contrariando de novo o respeito pelos princípios do direito internacional e das Nações Unidas, que lhe impõe a constituição, apoiando a instauração de uma nova ordem mundial baseada na barbárie e na força.

A tristeza da nossa democracia não está em Portugal ter consagrado como objectivo prioritário da sua política externa, a opção europeia, mas em o governo português ter colaborado naquilo que Manuel Alegre justamente denunciou como “a mais completa inversão do sentido histórico da nossa democracia e do reencontro de Portugal com a velha Europa, a que pertence, e cuja construção foi definida e sufragada como sendo um desígnio nacional”

A tristeza da normalização é ver umas forças armadas que há 29 anos e em defesa da paz, acharam que há momentos em que a única solução é desobedecer, obedecerem tão cegamente aos novos senhores da guerra, mesmo se por interpostos, mesmo se o seu comandante supremo decidiu mantê-las for a do conflito militar.

A verdade é que as prestações mediáticas de militares no activo, uniformizados mais não foram do que aquilo que Pezarat Correia lucidamente e corajosamente classificou de “.Briefings de estados-maiores, fazendo pontos de situação, da actividade operacional de uma das partes no conflito. Funcionando como antenas em Portugal, do posto de comando no Qatar” o que o leva a concluir: “Perante a passividade do comandante-chefe, das forças, e com a colaboração das hierarquias, o Governo envolveu as F.A.s portuguesas na guerra de agressão contra o Iraque.”

A tristeza da normalização é assistir ao despudor com que se banaliza o 25 de Abril, como sua matriz fundadora, nas atabalhoadas e impressionantes análises de jovens ( ou não tanto) comentadores, que não hesitam em comparar a operação **Choque e Pavor** com a nossa libertação de há 29 anos. Ou a insuportável e vulgar imbecilidade com que simulam excitantes jogos de guerra com as miniaturas do fantástico arsenal do eixo do bem. Ao mesmo tempo que o seu representante máximo, Um cow-boy texano, entre missas e momentos de recolhidas leituras bíblicas joga pocker com um baralho viciado, feito com as cartas dos iraquianos já apanhados, guardando sempre na manga o trunfo imbatível, o jocker do 11 de Setembro. A maior e mais gritante é que entregamos nas mãos dos que elegemos demasiados poderes, e estamos a usar de pouca ou nenhuma exigência na avaliação dos seus actos, esquecendo-nos da advertência de José Saramago nos 20 anos da Revolução :a democracia, sendo o melhor dos sistemas, concilia-se demasiado facilmente com o paradoxo de nela, por ela e com ela, se poder fazer democraticamente, aquilo que, de democrático nada tem”

A tristeza da nossa democracia é a dos seus limites, vulgaridades e perversões. E a lição de Abril é todo um programa de exigência, de uma democracia permanente, interactiva, solidária.

Termino esta minha intervenção como comecei: invocando os militares de Abril. Todos esses rostos de um herói colectivo – O Movimento das Forças Armadas – que nos restituíram a dignidade e a esperança no dia 25 de Abril de 74. O que é feito dos Capitães de Abril? O que lhes aconteceu nestes 29 anos?

“Discretos, honrados, remeteram-se ao seus círculos pessoais, prescindindo da intervenção mas não da memória. Aceitando o silêncio, mas não a injustiça, e muito menos a humilhação. Todos os anos, pela primavera, emergem, cravos nas botoeiras, orgulho nos olhares. Mais velhos, mais indestrutíveis”. Assim os recordava Pedro Rolo Duarte já lá vão dez anos. É cada vez mais assim que os vemos. É assim que permanecerão como protagonistas de um dos episódios mais exaltantes da nossa história.

A dívida para com eles, tem juros elevadíssimos, que aumentam por cada ano que passa. E é, só por si uma prova das mais gritantes e injustas, da fragilidade do nosso regime democrático. É que esses homens, não tiveram, quer da parte da instituição militar, de que fazem parte com inquestionáveis provas de competência profissional, quer da sociedade civil, o aplauso e o respeito que lhes é devido.

Porque não há nada pior do que o esquecimento e a indiferença. Passado o período áureo e fugaz dos seus dias de glória, passaram rapidamente de heróis a simples cidadãos, ou mais precisamente a “cidadãos de segunda” uma vez que a sua participação no 25 de Abril, afectou decisivamente, a sua vida profissional. A maior parte (a quase totalidade) passou à reserva, depois de verem bloqueada a sua progressão na carreira. São os “implicados no 25 de Abril” na expressão amarga do saudoso Salgueiro Maia, o mais perseguido e marginalizado de todos, em vida, o mais consagrado com inquietante unanimismo depois da morte.

Enfeitemos, pois, a liberdade e a democracia, com cravos e belas palavras, mas tenhamos também a coragem de verificar que a primeira e mais paradoxal contradição dessa mesma democracia, é o tratamento inadmissível e indigno, concedido a quem nos ofereceu um país inteiro para fazer de novo. Tentar mudá-lo, com a firmeza e determinação que eles reiteram, passados 29 anos, na mensagem do seu representante e presidente da sua/nossa Associação, Vasco Lourenço, é a única forma de utilizar hoje, a sorte que tivemos ontem.